

**EDITAL DE DIVULGAÇÃO 23/25  
REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO  
DE CONCESSÃO DE BOLSAS GRATUITAS  
REMANESCENTES NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL, NAS UNIDADES DE SERVIÇOS  
SESC CORNÉLIO PROCÓPIO E SESC  
PORTÃO, PARA O ANO LETIVO DE 2026.**

**1. DO OBJETO**

**1.1 O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ,** doravante denominado SESC/PR, torna pública a realização do Processo Seletivo para concessão de vagas gratuitas para estudantes ingressantes na **EDUCAÇÃO INFANTIL**, nas Unidades de Serviços Sesc Cornélio Procópio e Sesc Portão, para o ano letivo de 2026, mediante condições estabelecidas neste Edital.

**2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DA GRATUIDADE**

**2.1** Este Edital tem por finalidade divulgar vagas gratuitas remanescentes para o ano de 2026 para estudantes ingressantes na **Educação Infantil**, conforme vagas distribuídas no ANEXO I, desde que atendidos os termos previstos no item 3.

**2.2** O Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) em Educação do SESC/PR beneficiará como público prioritário os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e seus dependentes. Na eventualidade de não serem preenchidas todas as vagas pelo público prioritário, poderá ser beneficiado também o público em geral.

**2.3** Para obter o benefício do PCG, o candidato deve se enquadrar como pessoa em condição de baixa renda, assim compreendida aquela que obtenha renda mensal dentro do limite previsto no item 5 deste Edital.

**2.3.1** Os candidatos que eventualmente não se enquadrem nos critérios do item anterior poderão participar da atividade como pagantes, desde que haja disponibilidade de vagas.

**2.4** As inscrições terão início a partir da publicação deste edital até 21 de janeiro de 2026, e deverão ser realizadas presencialmente nas Unidades de Serviços **Sesc Cornélio Procópio**, localizada na Av. Nossa Sra. do Rocio, 696 – Cornélio Procópio, com atendimento de segunda a sexta das 08h às 20h45 e sábados das 09h às 12h30, e **Sesc Portão**, localizada na Rua João Bettega, 770 - Curitiba, com atendimento de segunda a sexta das 08h às 20h30 e sábados das 09h às 12h30.

**2.5** As vagas serão preenchidas considerando as etapas previstas no item 8, conforme número de vagas por turma e faixa etária descritas no ANEXO I, e cuja informação de disponibilidade de vagas poderá ser igualmente consultada diretamente nas Unidades de Serviços Sesc Cornélio Procópio e Sesc Portão.

**2.6** A inscrição será efetuada a partir das informações prestadas pelos responsáveis legais, por meio do preenchimento dos formulários constantes no item **6.2**, bem como pela entrega dos documentos relacionados no item **6.3**.

**2.6.1** Além dos pais, também poderão ser considerados responsáveis legais os tutores e curadores (arts. 1.690, 1.747, I e 1.774 da Lei nº 10.406/2002).

**2.7** A análise das informações fornecidas será feita a partir dos critérios estabelecidos na Resolução SESC nº 1.589/2024, das normas deste Edital, das documentações e declarações apresentadas pelo responsável legal e da análise técnica realizada por profissional responsável do SESC/PR.

### **3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INSCRIÇÃO**

**3.1** O Edital está aberto a candidatos que atendam às seguintes condições:

**3.1.1** Possua condição de baixa renda, nos termos do item **5** do Edital.

**3.1.2** Estar enquadrado, de acordo com as Normas Gerais para Credenciamento e Acesso ao SESC (conforme Resolução SESC nº 1.470/2021), em uma das categorias.

**3.1.3** Este edital beneficiará prioritariamente os Trabalhadores do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e seus dependentes, desde que se enquadrem no critério definido como pessoa em condição de baixa renda. Na eventualidade de não serem preenchidas todas as vagas pelo público prioritário, poderão também ser beneficiados quaisquer pessoas, consideradas para fins do Edital como “público geral”.

**3.1.4** Tenham a idade mínima exigida de 03 (três) anos completos ou a completar até dia 31/03/2026.

**3.1.5** Tenham idade máxima exigida de 06 (seis) anos a completar após o dia 31/03/2026.

### **4. DO GRUPO FAMILIAR**

**4.1** Para os fins deste Edital entende-se como “Grupo Familiar” a unidade nuclear composta por 01 (uma) ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um **mesmo domicílio**.

**4.2** Para candidatos que residem com outros familiares ou responsáveis legais, que não são seus pais biológicos, deverão apresentar termo de guarda judicial ou assemelhados, para comprovação do vínculo/dependência. Nas situações de acordos extrajudiciais, deverá ser apresentada declaração da guarda assinada pelo responsável legal.

**4.2.1** Casos omissos serão analisados e deliberados pelo SESC/PR.

**4.3** Se houver o recebimento de valores da família de origem para custear, por exemplo, moradia, alimentação, manutenção de vestimentas de algum candidato, tais valores deverão ser declarados pelo atual responsável.

**4.4** No caso de guarda compartilhada, os representantes legais deverão apresentar documentação comprobatória sobre a situação de guarda do candidato, quer seja a

cópia do Termo de Guarda quando houver decisão judicial, quer seja a declaração assinada pelos responsáveis nas situações de acordos extrajudiciais.

## 5. DO LIMITE DE RENDA PARA O PCG

**5.1** Para os fins deste Edital entende-se como “Renda Bruta Familiar” o total das importâncias recebidas periodicamente de todos os integrantes do grupo familiar, que residem no mesmo domicílio, como, por exemplo: salário, demais receitas como proventos, aluguéis, aposentadorias, seguro-desemprego, pensão alimentícia, rendimentos, recursos de programas de transferência de renda, entre outros. Sendo ainda necessária a declaração de todos os rendimentos variáveis recorrentes, recebíveis de forma frequente tais como bônus, comissões, participação nos lucros, entre outros.

**5.2** O critério de enquadramento na categoria baixa renda é aplicável às pessoas com renda de até 02 (dois) salários-mínimos federais *per capita* familiar, levando-se em conta os 03 (três) meses anteriores ao comparecimento na inscrição.

**5.3** O termo “*per capita*” significa por “por indivíduo”, de modo que o cálculo da renda familiar *per capita* pressupõe o somatório da renda bruta de cada morador do domicílio dividido pela quantidade de moradores do domicílio/grupo familiar.

**5.3.1** No caso de candidatos cujos genitores residam em domicílios distintos, considera-se a renda total do responsável que ficar mais tempo com o(a) filho(a) - lar referencial - incluindo o valor da pensão alimentícia paga pelo outro genitor. Se não houver o pagamento de pensão alimentícia e o(a) filho(a) ficar em tempo igual com os responsáveis, será considerado a renda total dos 02 (dois).

**5.4** As informações prestadas na Ficha de Inscrição, no Formulário de Autodeclaração de Baixa Renda e do Termo de Compromisso, são de inteira responsabilidade do representante legal, estando ciente de que a declaração de informações falsas configura crime de falsidade ideológica previsto no Artigo 299 do Código Penal. Reserva-se ainda ao SESC/PR o direito de excluir do processo seletivo o candidato que se negar a responder de forma fidedigna a todas as perguntas referentes aos formulários.

## 6. DA INSCRIÇÃO

**6.1** Antes de efetuar a inscrição, que deverá ser realizada presencialmente nas Unidades de Serviços Sesc Cornélio Procópio e Sesc Portão, o responsável legal deverá:

**6.1.1** Ler o Edital com atenção: é essencial que o responsável legal leia o Edital completo para entender todos os requisitos e critérios necessários para a inscrição, incluindo a documentação exigida.

**6.1.2** Verificar os requisitos da vaga: o responsável legal deve confirmar que o candidato atende a todos os critérios para a vaga, como idade, qualificações de escolaridade e outros requisitos específicos.

**6.2** Deverão ser preenchidos os formulários relacionados abaixo, devidamente assinados pelo responsável legal, disponíveis na Central de Relacionamento ao Cliente das Unidades de Serviços Sesc Cornélio Procópio e Sesc Portão:

**6.2.1** Formulário de Autodeclaração de Baixa Renda;

**6.2.2** Termo de Compromisso do PCG (Programa de Comprometimento e Gratuidade);

**6.2.3** Ficha de inscrição.

**6.3** Ainda, apresentar cópia acompanhada de original dos seguintes documentos:

**6.3.1** Documento de Identificação com foto ou Certidão de Nascimento e CPF (Cadastro de Pessoa Física) do candidato e do responsável legal;

**6.3.2** Comprovante de Residência (conta de água, luz, telefone ou outra correspondência), atualizado, em nome do responsável legal. No caso de casa alugada ou cedida, deverá acrescentar uma observação na cópia, declarando que a casa é alugada/cedida e o comprovante está em nome do proprietário do imóvel;

**6.3.3** Cópia do cadastro de cliente SESC, na hipótese de dependentes de Trabalhadores do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, dentro do prazo de validade (informações e atualizações do cadastro poderão ser obtidas na Central de Relacionamento ao Cliente), conforme endereço e horário de atendimento da UNIDADE DE SERVIÇO a sua escolha;

**6.3.4** Fotocópia dos comprovantes de rendimentos dos integrantes do grupo familiar, dos últimos 03 (três) meses, conforme especificado abaixo:

<b>Empregado/ Assalariado/ Funcionário Público</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco);</li> <li>✓ Fotocópia dos 03 (três) últimos holerites.</li> </ul>
<b>Atividade Rural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Declaração de atividade rural informando a atividade que exerce e valor correspondente à renda média por mês nos termos da Lei nº 7.115/83 (modelo no Anexo II);</li> <li>✓ Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF ou declaração de isento emitida no site: <a href="https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/#/">https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/#/</a></li> </ul>
<b>Trabalhador Autônomo ou Profissional Liberal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil/ último registro e a página seguinte em branco);</li> <li>✓ Declaração de atividade autônoma informando a atividade que exerce e valor correspondente à renda média por mês nos termos da Lei nº 7.115/83 (modelo no Anexo III);</li> <li>✓ Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF ou declaração de isento emitida no site: <a href="https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/#/">https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/#/</a></li> </ul>

<b>Aposentado/ Pensionista/Segurado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco);</li> <li>✓ Os 03 (três) últimos extratos de recebimento de aposentadoria ou quaisquer benefícios previdenciários pagos pelo INSS ou outro órgão de Previdência.</li> </ul>
<b>Estagiário, Bolsista e/ou Jovem Aprendiz</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco);</li> <li>✓ Contrato de Estágio ou declaração emitida pela empresa concedente declarando a atividade que exerce e valor correspondente à renda média por mês;</li> <li>✓ Comprovantes de recebimento dos últimos 03 (três) meses.</li> </ul>
<b>Pensão Alimentícia – Quando Recebe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Declaração de recebimento de pensão alimentícia, informando o valor correspondente à pensão média por mês e o nome do beneficiário nos termos da Lei nº 7.115/83 (modelo no Anexo IV).</li> </ul>
<b>Pensão Alimentícia – Quando Não Recebe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Declaração de <u>não</u> recebimento de pensão alimentícia o, nos termos da Lei nº 7.115/83 (modelo no Anexo IV).</li> </ul>
<b>Pensão por Morte</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fotocópia de comprovante de recebimento de pensão por morte;</li> <li>✓ Declaração de recebimento de pensão por morte informando o valor correspondente à pensão média por mês e o nome do beneficiário nos termos da Lei nº 7.115/83 (modelo no Anexo V).</li> </ul>
<b>Recebimento de Aluguel</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Anexar contrato de locação e comprovantes de recebimento.</li> </ul>
<b>Ajuda de Parente - terceiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Declaração do depositante (quem ajuda) declarando o valor médio mensal.</li> </ul>
<b>Desempregado – Recebendo Seguro- Desemprego</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco);</li> <li>✓ Declaração de desemprego, declarando há quanto tempo está desempregado e qual a atual fonte de renda (modelo no Anexo VI);</li> <li>✓ Fotocópia da Guia de recolhimento do FGTS ou fotocópia da Rescisão Contratual que estiverem dentro do período avaliado e comprovantes de recebimento referentes ao seguro-desemprego.</li> </ul>
<b>Desempregado – Não</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de</li> </ul>

<b>recebendo o seguro-desemprego</b>	Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco); ✓ Declaração de desemprego informando há quanto tempo está desempregado e qual a atual fonte de renda (modelo no Anexo VI).
<b>Ausência de Renda – Sem Registro de Atividade na Carteira de Trabalho</b>	✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil e a página seguinte em branco); ✓ Declaração informando de que não possui renda de qualquer atividade laboral, seja ela, trabalho informal ou formal (modelo no Anexo VII).
<b>Microempreendedor Individual - MEI</b>	✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco); ✓ Declaração de atividade MEI informando a atividade que exerce e valor correspondente à renda média por mês, nos termos da Lei nº 7.115/83 (modelo no Anexo VIII ou IX); ✓ Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF ou declaração de isento emitida no site: <a href="https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/#/">https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/#/</a> ✓ Declaração anual SIMEI disponível no site: <a href="http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSPO/dasnsimei.app/">http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSPO/dasnsimei.app/</a> ✓ Certificado de Condição de Microempreendedor Individual disponível no site: <a href="https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp?cnpj">https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp?cnpj</a> .
<b>Empresário</b>	✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil e a página seguinte em branco); ✓ Declaração emitida por contador, informando os pró-labores retirados nos últimos doze meses; ✓ Cartão CNPJ/MF; ✓ Contrato social; ✓ Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF ou declaração de isento emitida no site: <a href="https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/#/">https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/#/</a> ✓ Recibo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ.

**6.4** A critério do SESC/PR poderão ser solicitados outros comprovantes de renda e a autenticação em cartório dos documentos apresentados.

**6.5** Para fins do disposto no item **6.3.4** os responsáveis devem apresentar os comprovantes de renda dos 03 (três) meses anteriores ao atendimento, conforme o tipo de atividade desenvolvida, sendo que:

**6.5.1** Para cada atividade, existe 01 (uma) ou mais possibilidades de comprovação de renda.

**6.5.2** O SESC/PR poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos diversos para complemento em qualquer que seja a atividade, bem como declarações tributárias referentes às pessoas jurídicas pertencentes ao grupo familiar.

**6.5.3** Além dos documentos acima mencionados, a qualquer momento o SESC/PR se reserva o direito de verificar as informações declaradas, por meio de visitas domiciliares ou solicitação de documentos complementares que validem a condição apresentada.

**6.5.4** A veracidade de quaisquer informações autodeclaradas ou documentos apresentados durante o processo seletivo é de inteira responsabilidade do seu representante legal, que a declara sob as penas do artigo 299 do Código Penal em caso de cometimento de crime de falsidade ideológica e ciente de que a falsidade dará ensejo à desclassificação do processo seletivo.

## **7 DAS VISITAS DOMICILIARES**

**7.1** As visitas domiciliares serão condicionadas a casos excepcionais, quando houver necessidade diante das informações fornecidas pelo responsável legal do candidato.

**7.2** O SESC/PR realizará visitas domiciliares no endereço informado no momento da inscrição e conforme comprovante de endereço apresentado, ficando o seu responsável legal ciente que poderá participar dessa etapa do processo seletivo.

**7.3** As visitas serão realizadas por uma equipe ou profissional habilitados pelo SESC/PR que estarão devidamente identificados e poderão solicitar novos documentos e informações sobre a situação socioeconômica familiar.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO**

**8.1** Os critérios de avaliação e de classificação serão regidos da seguinte forma:

**8.1.1** Análise da documentação apresentada;

**8.1.2** Análise da categoria do candidato;

**8.1.3** Análise da Ficha de Inscrição, do Formulário de Autodeclaração de Baixa Renda;

**8.1.4** Cálculo do Índice de Renda Bruta Familiar *per capita*, conforme item 5.3 deste Edital, e observação ao limitador de 02 (dois) salários-mínimos base nacional *per capita*.

**8.1.5** Conforme item 2.2 deste Edital, a classificação obedecerá a seguinte ordem:

**8.1.5.1** Os Dependentes dos Trabalhadores do Comércio de Bens, Serviços serão priorizados, classificados da menor para a maior renda bruta familiar *per capita*.

**8.1.5.2** Após preenchimento das vagas pelo público prioritário (8.1.5.1), as vagas

*HC*

*Reb* *J*

*AB*

remanescentes serão preenchidas pelos candidatos da categoria Público Geral, igualmente classificados da menor para a maior renda bruta familiar *per capita*.

**8.2** No caso de empate, dar-se-á preferência ao candidato que tiver maior idade.

**8.3** O resultado dos candidatos aprovados para este Processo Seletivo será divulgado, **a partir do dia 27/01/2026** em Edital específico, conforme Cronograma, no site do SESC/PR- [www.sescpr.com.br](http://www.sescpr.com.br) e na Unidades de Serviços Sesc Cornélio Procópio Sesc Portão.

**8.4** As bolsas educacionais serão disponibilizadas em função da análise dos critérios acima estipulados e mediante disponibilidade da vaga no turno indicado pelo responsável legal do candidato, caso o número de aprovados ultrapasse o número de vagas disponíveis, os candidatos entrarão em uma lista de espera para a abertura de novas vagas e serão convocados de acordo com o turno disponível.

## **9. DA MANUTENÇÃO DA GRATUIDADE**

**9.1** O responsável legal do candidato deve estar ciente de que para pleitear a renovação da bolsa educacional para o próximo ano letivo é necessário:

**9.1.1** Permanência da condição de inscrição, mediante a comprovação, anualmente, de percepção de baixa renda de até 02 (dois) salários-mínimos *per capita*, conforme piso nacional vigente.

**9.1.2** O estudante ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;

**9.1.3** Cumprimento das normas previstas no Regimento Escolar.

**9.2** O não cumprimento de 01 (uma) ou mais das condições descritas nas alíneas acima resultará na perda da gratuidade, e um prazo de carência de 01 (um) ano será aplicado para que o candidato possa se inscrever novamente nas vagas do PCG nesta atividade.

**9.2.1** O prazo de carência não se aplica aos casos em que seja apresentada justificativa formal nas seguintes situações:

**9.2.1.1** Doença, com a apresentação de atestado médico;

**9.2.1.2** Mudança para outro município e/ou estado;

**9.2.1.3** Quando a renda bruta familiar *per capita* ultrapassar 2 (dois) salários-mínimos federais.

## **10. DO CANCELAMENTO DA BOLSA DE ESTUDOS**

**10.1** Constituem-se motivos para o cancelamento da gratuidade:

**10.1.1** Alteração da realidade socioeconômica do grupo familiar, que descaracterize a condição de baixa renda de até 02 (dois) salários-mínimos *per capita* do piso nacional vigente;

**10.1.2** Constatação, em qualquer tempo, seja por meio de denúncia formal e/ou por inveracidade das informações fornecidas;

**10.1.3** Não aceitação por seu responsável das condições estabelecidas no presente regulamento e Contrato do estudante;

**10.1.4** Não entrega de documentos solicitados, caso necessário, em qualquer tempo;

**10.1.5** Não atingir frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

**10.2** Na hipótese do SESC/PR verificar que a realidade socioeconômica do grupo familiar ultrapassou o requisito de baixa renda de até 02 (dois) salários mínimos *per capita* do piso nacional vigente, o responsável legal será imediatamente comunicado do fato e o estudante perderá automaticamente o direito à bolsa de estudos objeto deste Edital, ficando os responsáveis obrigados a adotar as medidas necessárias para promover a imediata transferência do estudante, responsabilizando-se civilmente pelos danos causados à Entidade e obrigando-se ao pagamento do valor equivalente ao das mensalidades escolares no período em que o estudante estudar sem fazer jus ao benefício.

## **11. DA PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**11.1** O responsável legal compromete-se a tomar ciência sobre a cultura de proteção de dados pessoais do SESC/PR, para respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couberem, os princípios e regras constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), da Política de Privacidade e da Política de Segurança da Informação do SESC/PR disponível em: [transparencia.pr.sesc.com.br/transparencia](http://transparencia.pr.sesc.com.br/transparencia).

**11.2** A violação de quaisquer dos compromissos e obrigações em relação ao compartilhamento de dados pessoais contidos neste Edital, nas normas internas supracitadas e/ou na lei brasileira em geral, dará ao SESC/PR o direito de rescindir unilateralmente o Contrato e aplicar as demais sanções cabíveis, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

**11.3** Na hipótese do responsável legal identificar a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa ferir os direitos dos titulares de dados pessoais, deverá comunicar o SESC/PR no mesmo dia em que tomar ciência do fato por meio do endereço eletrônico: [relacionamento@sescpr.com.br](mailto:relacionamento@sescpr.com.br).

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1** A matrícula do candidato implicará a aceitação das normas que regem o processo seletivo, contidas em todos os Editais, Comunicados e demais meios oficiais de informação do SESC/PR.

**12.2** O candidato, na figura de seu responsável legal, convocado para a realização de qualquer fase deste processo seletivo que não atender aos Editais relativos a este processo seletivo será considerado desistente, sendo automaticamente excluído o candidato do processo seletivo.

**12.3** Caso o número de aprovados ultrapasse o número de vagas disponíveis ou haja abertura de novas, os candidatos entrarão em uma lista de espera.

**12.4** É de inteira responsabilidade do responsável legal, acompanhar todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, que sejam

publicados e/ou divulgados na internet, no endereço eletrônico do SESC/PR: [www.sescpr.com.br](http://www.sescpr.com.br).

**12.5** O processo de seleção do presente Edital não será disponibilizado para consulta após a finalização do procedimento.

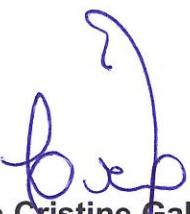
**12.6** Se o responsável legal possuir alguma restrição financeira no SESC/PR a efetivação da matrícula fica sujeita à quitação dos valores, sob pena do candidato perder o direito à matrícula escolar e à bolsa de estudos.

**12.7** O SESC/PR poderá cancelar, adiar ou remanejar turmas que não atinjam o número mínimo de inscritos necessário para a realização da turma.

**12.8** Casos omissos serão analisados e deliberados pelo SESC/PR.

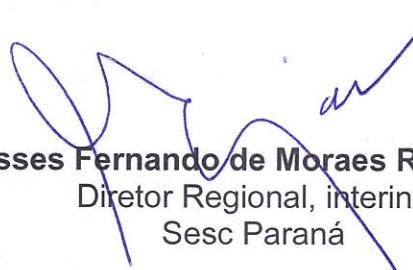
**12.9** O responsável legal poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação deste Edital e deverá protocolar o recurso no endereço eletrônico: [relacionamento@sescpr.com.br](mailto:relacionamento@sescpr.com.br).

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.



**Lidiane Cristine Galvan**  
Diretora

Divisão de Educação, Cultura e Ação Social



**Ulisses Fernando de Moraes Rodrigues**  
Diretor Regional, interino  
Sesc Paraná



Alexandre Otaviano P. da Silva  
Gerência de Educação  
SESC-PR



Leila Cristina Rejas G. V. Wulff  
Advogada – OAB/PR nº 31.166  
Assessora Jurídica - SESC/PR

6m 04.12.16

**ANEXO I**  
**DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS EDUCAÇÃO INFANTIL**

Unidade SESC	Endereço	Horário de atendimento e telefone	Vagas por turno			Turma
			Manhã	Tarde	Integral	
<b>Cornélio Procópio</b>	Av. Nossa Senhora do Rocio, 696 – Centro, Cornélio Procópio - PR	2 <sup>a</sup> a 6 <sup>a</sup> das 8h às 20h45 e sábados das 9h às 12h30  (43)3520-5400	-	-	-	Inf. 3
			-	-	-	Inf. 4
			4	-	-	Inf. 5
<b>Total de vagas: 4</b>						

Unidade SESC	Endereço	Horário de atendimento e telefone	Vagas por turno			Turma
			Manhã	Tarde	Integral	
<b>Portão</b>	R. João Bettega, 770, Portão - Curitiba/PR	2 <sup>a</sup> a 6 <sup>a</sup> das 8h às 20h30 e sábados das 9h às 12h30  (41) - 3220-8030	-	-	2	Inf. 3
			5	-	-	Inf. 4
			5	1	-	Inf. 5
<b>Total de vagas: 13</b>						

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL**

Eu, \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_,  
órgão de expedição \_\_\_\_\_, do CPF  
nº \_\_\_\_\_, declaro que trabalho como produtor rural,  
com renda mensal aproximada no valor de R\$ \_\_\_\_\_, referente  
à(s) atividade(s) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.  
\_\_\_\_\_.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderá indeferir a solicitação do candidato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante





**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE RENDA INFORMAL**  
**(Autônomo ou Profissional Liberal)**

Eu,

\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_, documento de identidade: \_\_\_\_\_,  
residente no endereço:

\_\_\_\_\_ ,  
declaro para os devidos fins que trabalho como **autônomo** na função de  
\_\_\_\_\_ (profissão), com renda mensal aproximada  
de R\$ \_\_\_\_\_.

Declaro ainda que o valor da renda mensal acima informado é verdadeiro, estando eu ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes podem resultar em processo contra mim penalmente, como crime de falsidade ideológica, art.299 do Código Penal Brasileiro, e/ou civilmente, com ressarcimento por prejuízo causado a terceiros. Portanto, autorizo a devida investigação e fiscalização para fins de averiguar e confirmar a informação declarada acima por mim.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinatura do Declarante



## ANEXO IV DECLARAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, residente no  
\_\_\_\_\_ endereço: \_\_\_\_\_

**Marque a opção abaixo:**

**DECLARO que:**

**RECEBO** pensão alimentícia no valor mensal de R\$ \_\_\_\_\_, proveniente da guarda de \_\_\_\_\_.

**NÃO RECEBO** pensão alimentícia, proveniente da guarda de \_\_\_\_\_.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderá indeferir a solicitação do candidato.

\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20

### Assinatura do Declarante

100

John

1

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO POR MORTE**

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, residente no \_\_\_\_\_  
endereço: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

**Marque a opção abaixo:**

**DECLARO que:**

- Recebo** aposentadoria/pensão de outro regime de previdência  
- Última remuneração bruta\*: R\$ \_\_\_\_\_ - Mês/ano:  
\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- Não recebo** aposentadoria/pensão de outro regime de previdência.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a solicitação do candidato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante

## **ANEXO VI**

### **DECLARAÇÃO DE DESEMPREGO**

Eu,

portador (a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que estou desempregado desde \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /20 \_\_\_\_.

Acrescento ainda que tenho suprido minhas necessidades financeiras da seguinte maneira:

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a solicitação do candidato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

### Assinatura do Declarante

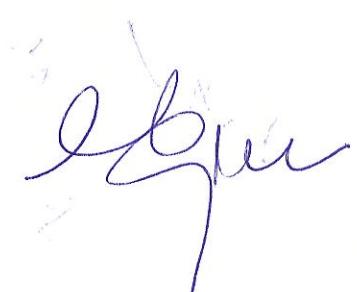
**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RENDA**

Eu,

\_\_\_\_\_,  
portador (a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF  
nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que não  
possuo renda de qualquer atividade laboral, seja ela, trabalho informal ou formal.  
Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que  
versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo  
em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a  
inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a solicitação do  
candidato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante



**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS MEI – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Eu,

\_\_\_\_\_,  
portador (a) da carteira de identidade  
nº \_\_\_\_\_, do CPF  
nº \_\_\_\_\_, nome  
empresarial: \_\_\_\_\_, inscrito no  
CNPJ: \_\_\_\_\_, declaro que possuo o cadastro como  
microempreendedor Individual e percebo a quantia mensal aproximada de  
R\$ \_\_\_\_\_, referente a (s) seguintes atividade (s):  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a solicitação do candidato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Assinatura do Declarante



**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE MEI INATIVO**

Eu,

\_\_\_\_\_,  
portador (a) da carteira de identidade  
nº \_\_\_\_\_, do CPF  
nº \_\_\_\_\_, nome  
empresarial: \_\_\_\_\_, inscrito no  
CNPJ: \_\_\_\_\_, vem através da presente, declarar sob as penas da lei, para todos os fins de direito, que a empresa supracitada **NÃO EFETUOU** qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, de qualquer espécie, durante o Exercício Solicitado neste processo seletivo, dessa forma considerada **INATIVA**. Declaro que não apresentei a certidão de baixa, por ainda estar em situação de regularização.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderá indeferir a solicitação do candidato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante

